

## **Legitimação do campo jornalístico e a busca pela verdade<sup>1</sup>**

Flora Leite FREIRE<sup>2</sup>

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

### **Resumo**

Tendo em vista que o jornalismo é um campo relativamente autônomo e, por isso, sujeito a influências externas de outros campos, assim como questões que afetam a sua credibilidade para com o público, este artigo propõe uma discussão acerca de valores que legitimam o próprio jornalismo. Para isso, foram tomados como guia para a discussão os elementos citados por Kovach e Rosenstiel, dentre os quais estão a busca pela verdade e a lealdade para com os cidadãos. Esses e outros desafios da profissão são aqui problematizados por Zelizer e discutidos com base em conceitos propostos por Habermas, Breed, Bourdieu, entre outros autores.

Palavras-chave: campo jornalístico; legitimação; rotina jornalística; profissão.

### **1. Introdução**

Sob uma perspectiva histórica, pode-se afirmar que o jornalismo teve início em um contexto que propiciou a divulgação de informações com cunho comercial. Travancas (1993) relata que foi no século XVIII, perante a Revolução Industrial, que a imprensa começou a desenvolver-se como um produto de profissionais especializados. Traquina (2005), por sua vez, menciona o surgimento da chamada “*penny press*” no século XIX como um marco para a expansão do jornalismo, uma vez que a atividade começou a ser vista de forma lucrativa por empresas.

Para Bourdieu (1997), foi neste mesmo período que o campo jornalístico teve origem, afirmando, diante da venda de notícias que se contrapunham a comentários, ao afirmar o primor pela objetividade. Partindo do princípio da inexistência de uma objetividade plena, no entanto, Zelizer (1993) vê com desconfiança a constituição do próprio jornalismo enquanto profissão. Para esta autora, os jornalistas seriam uma “comunidade interpretativa”, a qual constitui significados sobre si mesma e que, por razões diversas, segue interesses da empresa jornalística ao determinar que discussões seriam as mais relevantes para a sociedade.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 29 de junho a 1 de julho de 2017.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e bolsista CAPES, e-mail: [flora.freire@gmail.com](mailto:flora.freire@gmail.com)

O argumento acima põe em xeque questões como a legitimidade do campo jornalístico, a qual será discutida neste artigo, assim como sua relação com o poder e com os cidadãos, ao reivindicar a existência de uma competência específica.

Para isso, utilizaremos como parâmetro para discussão, o livro “Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir”, escrito por Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2007, p.1) o qual, ao contrário da pretensão inicial, busca resgatar a relevância da profissão para a sociedade, ou seja, a pressuposta missão do jornalismo. Segundo os autores,

The reason we wrote this book, in part, was that this vagueness about journalism’s underlying principles and values had left journalists vulnerable—first to a counting house mentality that discouraged investing in innovation, then to an epochal digital disruption that demanded journalism rethink how it fulfilled its fundamental purpose on behalf of citizens.

But back then, the values we unearthed that made up the elements of journalism were largely the domain of professionals—a loosely organized group who practiced journalism for a living and who called themselves journalists.

Now, a dozen years later, our goal in this new edition is different in one important respect. Our purpose is to identify the core principles that underlie the production of responsible journalism in which anyone in the world might be staff.

Os itens apontados pelos autores ao longo do livro são que: a primeira obrigação do jornalismo deve ser com a verdade; a primeira lealdade deve ser para com os cidadãos; a essência do jornalismo é a disciplina da verificação; seus praticantes devem manter independência daqueles a quem cobrem; o jornalismo deve ser um monitor independente do poder, abrir espaço para a crítica e o compromisso público, empenhar-se para apresentar o que é significativo de forma interessante e relevante, apresentar as notícias de forma compreensível e proporcional, assim como os jornalistas devem ser livres para trabalhar de acordo com a própria consciência.

Embora não seja possível tratar todos os nove itens detalhadamente neste artigo e abrangendo a discussão tal como consta no livro, os utilizaremos aqui apenas como guia, tendo como base o conceito de verdade de Habermas (1983) (2004), assim como pontos de vista de Bourdieu (1997) (2004), Breed (1999), Traquina (2005), Tuchman (1999) e Schutz (apud SERRA, 2003) no que diz respeito a diferentes itens enumerados.

Para tanto, trataremos inicialmente da problemática que motiva esta discussão: a relação entre a legitimação da profissão e o campo jornalístico.

## 2. O campo jornalístico e a problemática da legitimação

Além da compreensão histórica da origem do jornalismo, é possível compreendê-lo por meio da noção de campo. O conceito elaborado por Bourdieu (2004), refere-se a um espaço que possui regras próprias, podendo ser visto como uma unidade, a qual, porém, sofre pressões internas e externas, assim como lutas que podem transformar ou conservar esse mesmo campo de forças.

A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa às imposições do macrocosmo, ele dispõe, em relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada. (BOURDIEU, 2004, p.20-21).

O interessante é perceber que, embora consolidado no século XIX, com a comercialização de informações em caráter industrial e tendo como base princípios como a busca pela verdade, a atividade do jornalismo é ainda questionada por diversos autores.

Para Zelizer (1993), seria mais adequado classificar os jornalistas como membros de uma “comunidade interpretativa”, descartando a noção de profissão. Ela argumenta que o discurso de que os jornalistas possuem a habilidade de determinar o que é notícia ou interessante à audiência é um discurso meramente ideológico e que a busca pela verdade que a classe diz defender não é possível, uma vez que a realidade seria construída. Questão essa que Traquina rebate.

A teoria democrática reconhece certamente que os jornalistas têm uma competência específica que é identificada em primeiro lugar com o fornecimento de informação à sociedade, isto é, das notícias. É suposto os jornalistas saberem o que é notícia e resistir a qualquer invasão daquilo que Wilensky (1964) chamou de “monopólio das perícias”, e Pierre Bourdieu (1998) designou por “monopólio de saberes”. Assim, embora os jornalistas tenham falhado nas suas tentativas de “delimitar” o seu campo de trabalho, conseguiram definir uma identidade profissional ligada a papéis sociais claramente definidos [...]. (TRAQUINA, 2005, p.35)

Se observarmos com maior afinco, veremos que o embate entre os autores acima diz respeito não apenas aos limites do campo jornalístico ou à própria existência do jornalismo. Isso porque é um fato a existência de jornalistas, pessoas que se dizem profissionais e diariamente exercem tal atividade. O que aparece, portanto, como ponto

crucial é: os jornalistas deveriam mesmo ser chamados de profissionais? Que princípios legitimam a profissão junto ao público?

### 3. A busca pela verdade

Em seu livro “Elementos do jornalismo: O que os jornalistas devem saber e o público exigir”, Kovach e Rosenstiel (2007) apontam que a primeira obrigação do jornalismo em seu contrato com o público diz respeito à verdade. Questão essa que reforça o segundo fator apontado pelos autores: a lealdade primeira para com os cidadãos.

Adotando uma perspectiva pragmática, Habermas (2004) afirma que a realidade não é possível de ser retratada devido até mesmo a limitações de cada indivíduo, o que faz com que a realidade tenha, portanto, um caráter performático. Como saída para esta problemática, o autor propõe a concepção de verdade como uma “assertabilidade ideal”.

Outra problemática apresentada pelo autor diz respeito à impossibilidade de verificabilidade por meio de evidências determinantes, “pois a argumentação permanece o único meio disponível para se certificar da verdade, porque não há outra maneira de examinar as pretensões de verdade tornadas problemáticas” (HABERMAS, 2004, p.48-49).

Por fim, ele conclui que a pretensão de verdade, ainda que temporária, estabelecida por meio de consenso, necessita de uma justificação. A isso soma-se o fato de que:

[...] mesmo o acordo alcançado por meio de uma justificação ‘construtiva’ e que provisoriamente conclui um discurso de modo convincente resulta num saber do qual os envolvidos, em seu papel de participantes da argumentação, podem saber que ele é falível e perfectível. (HABERMAS, 2004, p.51-52).

Em outras palavras, a verdade, por mais que dure, é passível de questionamentos e revalidações.

Tal argumentação leva ao terceiro item apontado por Kovach e Rosenstiel (2007): a disciplina da verificação. Interessante perceber que a ânsia pela verificabilidade, como parte da rotina jornalística, põe em questão o agir-racional-com-respeito-a-fins, também conhecido como agir instrumental.

O agir instrumental rege-se por regras baseadas no saber empírico. Elas implicam, em cada caso, prognósticos condicionais sobre acontecimentos observáveis, físicos ou sociais; esses prognósticos podem se evidenciar como corretos ou como falsos. O comportamento

de escolha racional é regido por estratégias baseadas no saber analítico. Elas implicam derivações a partir de regras de preferência (sistemas de valores) e de máximas universais; essas proposições são derivadas correta ou incorretamente. (HABERMAS, 1983, p.321).

Ou seja, uma vez vistas como institucionalizadas, determinadas técnicas do fazer jornalístico podem revelar mais do que uma prática sedimentada. Ao tratar da técnica e da ciência enquanto ideologia, Habermas (1983, p.314) afirma que “[...] a razão técnica de um sistema social de agir-racional-com-respeito-a-fins não perde seu conteúdo político”.

Soma-se a isso o fato de que o aprendizado da política editorial e a consequente socialização do profissional no ambiente de trabalho ocorrem por meio de ações como, por exemplo, a leitura diária dos jornais da própria empresa e constrangimentos organizacionais, que implicam em punições e correções por parte do editor, como afirma Breed (1999). A ausência de ensinamento de forma explícita favoreceria, em outras palavras, a manutenção de práticas as quais podem revelar tais interesses ideológicos por meio da técnica.

Se adotarmos o conceito de *habitus*, cunhado por Bourdieu (1980, apud BARROS FILHO; MARTINO, 2003) pode-se dizer que as ações cotidianas dos jornalistas seriam estruturantes, na medida em que geram conhecimento e, estruturadoras, ao servir de base para novas práticas.

Esse sistema de disposições duráveis e aplicáveis a qualquer situação, ‘estrutura estruturada’ predisposta a operar como ‘estrutura estruturante’, enquanto princípio gerador de práticas e representações, o *habitus*. O *habitus*, explica o autor, pode ser comparado à [sic] um maestro que comanda as diversas partes da ação do sujeito nos diversos campos em que está inserido. (MARTINO; FILHO, 2003, p.115, grifo do autor)

Martino e Filho (2003) explicam que o conceito de *habitus* inclui a existência de uma divisão entre os princípios e sentimentos próprios do indivíduo, de um lado, e o exercício do papel de comunicador, de outro.

#### **4. Jornalismo e poder**

Como discutido no item anterior, a busca pela verdade é limitada pela impossibilidade subjetiva de alcançar a total percepção da realidade. A isso soma-se a

adoção de procedimentos considerados no meio jornalístico como adequados para garantia da verdade. Sem desconsiderar a importância da apuração jornalística, gostaria de chamar a atenção para o discurso acerca da verdade.

Na visão de Zelizer (1993), os jornalistas possuiriam interesse em omitir a construção da realidade, afim de propagar a visão das notícias como espelho do real, o objetivo seria sustentar a postura dita profissional. E, ao que se sabe, esse fator torna-se também uma forma reafirmação do próprio jornalismo, uma vez que a autocrítica profissional é um recurso que gera impressão de autonomia para este campo e, assim, legitima a prática. (BARROS FILHO; MARTINO, 2003).

Segundo Traquina (2005) os jornalistas firmam sua identidade por meio de uma cultura própria, com seus respectivos valores, mitologias, cultos e *ethos*, o qual pode ser entendido como uma visão preconcebida sobre o que é ser e estar no jornalismo. Dentro das características deste grupo estariam ainda as maneiras específicas dos profissionais agirem, falarem e verem o mundo, o exercício de habilidades específicas como lidar com a imediaticidade, admitir imprevistos e encontrar e produzir notícias. E finalmente, o discurso acerca deles mesmos, de forma que “Os jornalistas professam; professam saber o que é notícia e como escrevê-la” (TRAQUINA, 2005, p. 35).

Além do poder exercido como forma de preservação e justificação de competências específicas, o campo jornalístico tem sua prática em constante negociação com outros campos, devido à sua autonomia relativa. Deste modo,

Ainda que os agentes comprometidos com o campo jornalístico e com o campo político estejam em uma relação de concorrência e de luta permanentes e que o campo jornalístico esteja, de certa maneira, englobado no campo político, em cujo interior exerce efeitos muito poderosos, esses dois campos têm em comum estarem muito direta e muito estreitamente situados sob a influência da sanção do mercado e do plebiscito. Daí decorre que a influência do campo jornalístico reforça as tendências dos agentes comprometidos com o campo político a submeter-se à pressão das expectativas e das exigências da maioria, por vezes passionais e irrefletidas, e frequentemente constituídas como reivindicações mobilizadoras pela expressão que recebem na imprensa. (BOURDIEU, 2004, p.114)

Essa problemática se relaciona com a percepção de Kovach e Rosenstiel (2007), segundo os quais os jornalistas devem manter independência daqueles a quem cobrem, atuando como monitor independente do poder, afim de favorecer o espaço para a crítica e o compromisso com o público. Em outras palavras, o jornalismo teria como missão a

constante fiscalização do poder, ainda que na prática esteja condicionado a esse, como lembrado no trecho acima. Mas, então, seria isso possível?

Esteves (2003) lembra que o poder pode ser exercido por meio de atividade simbólica, atividade essa que permite a construção social da realidade, tendo em vista que a relação do ser humano com o mundo é constantemente mediada, fator esse já apontado por Berger e Luckmann (2014). Isso significa que:

A atividade simbólica consiste num exercício de doação de sentido ao mundo, com o qual o homem torna significante tudo aquilo que o rodeia- o mundo natural dos objetos físicos, o mundo social, dos outros homens e das suas relações, e seu próprio mundo interior- e se torna a si mesmo significante para os outros. (ESTEVES, 2003, p.431)

Ora, diante destes pressupostos, o jornalismo atua como lugar de referência no acesso ao mundo externo, posição essa privilegiada com o exercício do poder mediador e a capacidade de doação de sentido ao mundo. Ou seja, capaz, inclusive, de promover ressignificações simbólicas ainda que sob o espectro de sua autonomia relativa.

Outro ponto de vista que colabora para a afirmação de uma visão do poder exercido por meio da mediação é a capacidade da imprensa de conectar a esfera pública à privada.

A linha divisória entre Estado e sociedade, fundamental para o nosso contexto, separa a esfera pública do setor privado. O setor público limita-se ao poder público. Nele ainda incluímos a corte. No setor privado também está abrangida a “esfera pública” propriamente dita, pois ela é uma esfera pública de pessoas privadas. Por isso, dentro do setor restrito às pessoas privadas distinguimos entre esfera privada e esfera pública. A esfera privada compreende a sociedade civil burguesa em sentido mais restrito, portanto o setor da troca de mercadorias e do trabalho social; a família, com sua esfera íntima, está aí inserida. A esfera pública política provém da literária: ela intermedeia, através da opinião pública, o Estado e as necessidades da sociedade. (HABERMAS, 1984, p. 45-46)

A abertura de espaço para a crítica e o compromisso público é outra característica que merece ser apontada (KOVACH; ROSENSTIEL, 2007). No entanto, como garantir que a comunicação mediada pela imprensa é de fato representativa de uma opinião pública, se no trecho acima fica evidente desde os primórdios a relação entre veiculação de informações privilegiadas e interesses de classes sociais específicas?

Sobre a problemática comunicativa no que diz respeito à opinião pública, podemos evocar a teoria da ação comunicativa de Habermas, a qual visa à existência de uma dimensão ética discursiva baseada no consenso. Para ele, a razão comunicativa,

que se opõe à razão instrumental, não só pressupõe a assertabilidade ideal como assegura um mundo objetivo por meio de valores partilhados.

Essa racionalidade comunicativa exprime-se na força unificadora da fala orientada ao entendimento mútuo, discurso que assegura aos falantes envolvidos um mundo da vida intersubjetivamente partilhado e, ao mesmo tempo, o horizonte no interior do qual todos podem se referir a um único e mesmo mundo objetivo. (HABERMAS, 2004, p. 107)

Por fim, explica o autor, “falante e ouvinte defrontam-se adotando, cada um, uma atitude performativa como primeira e segunda pessoas, não como antagonistas ou objetos no mundo de entidades a respeito das quais falam” (HABERMAS, 2004, p.108). Assim seria atingida mais uma premissa, a de que os jornalistas deveriam apresentar as notícias de forma compreensível e proporcional (KOVACH; ROSENSTIEL, 2007).

## 5. O discurso da competência jornalística

A criação de um universo partilhado e intersubjetivo junto ao público, legitimado por outros campos parece então ser um fator de legitimidade para o jornalismo. Assim como a sua pretensão de verdade e discurso construído acerca deste ideal. Problemática essa já enfatizada por Habermas (2004, p.49) ao dizer que “não pisamos em pontes cuja estática nos parece duvidosa. Ao realismo da práxis cotidiana corresponde um conceito – subjacente, porém, apenas de modo performativo – de verdade absoluta, de verdade sem índice epistêmico.”

A capacidade performativa também é apontada por Traquina. Para ele, o discurso da competência profissional específica inclui ainda o desafio de lidar com o tempo, tendo em vista que o imediatismo é um elemento constante no jornalismo. Assim, “ser profissional implica possuir uma capacidade performativa avaliada pela aptidão de dominar o tempo em vez de ser vítima dele” (TRAQUINA, 2005, p.40).

A pretensão de ditar o que seria mais relevante também é outro fator que cabe retomarmos, uma vez que há o pressuposto de que o jornalismo deve empenhar-se para apresentar o que é significativo de forma interessante e relevante (KOVACH; ROSENSTIEL, 2007). A problemática reforça o que já havia percebido Gaye Tuchman (1999) ao relatar que a tal “objetividade” é, antes de tudo, um ritual estratégico. A autora aponta três formas que influenciam a noção de objetividade, são elas a forma, as relações interorganizacionais e o conteúdo.

Em outras palavras, além da relação dentro do ambiente de trabalho a qual já apontamos ao destacar a existência de constrangimentos organizacionais e a busca pela verificação, há também a preocupação com aspectos referentes à forma e ao conteúdo do texto jornalístico. Alguns exemplos são o uso de aspas pelo jornalista, como forma de afirmar a isenção, e a estruturação do texto de forma pré-determinada.

Soma-se a isso o fato de que o critério “relevância” é um critério relativo. O que interessa a um “especialista”, como diria Schutz (1976, apud SERRA, 2003, p.260), nem sempre interessa a um “cidadão comum” ou a um “cidadão bem informado”, ainda que estes papéis não sejam estáticos no que diz respeito à personalidade individual.

O “especialista”, cujo conhecimento é limitado a um certo domínio mas é, em relação a tal domínio, claro, distinto e comprovado; o “homem da rua”, detentor de um conhecimento pragmático e funcional, constituído por um conjunto de “receitas” que lhe permitem dar resposta aos problemas imediatos da vida quotidiana e que é vago, superficial e assente nas convicções e crenças dominantes no grupo; o “cidadão bem informado” - entenda-se: o cidadão que procura estar bem informado -, que se situa a meio caminho entre os anteriores, não se contentando, portanto, nem com o conhecimento especializado do especialista nem com o conhecimento vago e não racional do homem da rua, e que procura obter um conhecimento o mais amplo possível sobre domínios diversos que podem não ser imediatamente relevantes mas que o poderão vir a ser no futuro, fundado não na comprovação ou na crença mas na razoabilidade, e que é capaz de confrontar as opiniões dos diversos especialistas e decidir qual é o especialista competente em determinada matéria.

### **Considerações finais**

Longe de abranger todas as problemáticas que envolvem a questão da legitimidade e da credibilidade do campo jornalístico, cabe aqui destacarmos alguns pontos discutidos neste artigo acerca da busca pela verdade. O primeiro deles é que o mesmo esforço em construir um discurso com pretensão de verdade, também é um esforço para construir manter a credibilidade do próprio jornalista, uma vez que a busca pela verdade, por sua vez, é apontada como um compromisso fundamental para com a população.

Assim como o campo político, no entanto, o jornalismo busca atender às reivindicações da comunidade a que assiste, fator esse que, uma vez dependendo da busca pela verdade, possui limitações, limitações essas impostas tanto pela rotina organizacional quanto por fatores externos. O ideal de democracia visto por esse viés, seria dificultado. Por outro lado, se considerarmos que a realidade intersubjetiva firmada em conjunto com esferas pública e privada é uma das características principais

da origem do jornalismo, veremos que nisto consiste o ambiente propício para a objetivação.

E, ao fim, nos deparamos com uma última pergunta, tendo como base os apontamentos de Kovach e Rosenstiel (2007): como fazer com que os jornalistas sejam livres e trabalhem de acordo com a própria consciência?

Tanto o discurso da objetividade reforçado por Tuchman (1999) por meio de elementos textuais quanto a autoafirmação da identidade do jornalista como “especialista” em seu trabalho, tendo em vista o conceito de Schutz (1976, apud SERRA, 2003), seriam, assim, a saída encontrada para sustentar a autonomia relativa do campo jornalístico. Curiosamente, uma forma de perpetuar este discurso tanto na “consciência” do cidadão pouco informado sobre o processo de produção jornalística quanto do próprio jornalista, que reproduz por meio do habitus os mesmos rituais estratégicos.

## Referências

- BERGER; Peter L; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. 36 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **Usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BREED, Warren. Controle social na redação: uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega Editora, 1999.
- ESTEVES, Pissarra João. **A ética da comunicação e os media modernos**: legitimidade nas sociedades complexas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- HABERMAS, Jürgen. Técnica e Ciência enquanto “Ideologia”. In: BENJAMIN, et al. **Textos Escolhidos**. 3.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).
- HABERMAS, Jürgen. **Verdade e justificação**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **The elements of journalism**: what newspeople should know and the public should expect. Nova York: Three rivers press, 2007.
- SERRA, Joaquim Paulo. **Informação e sentido**: o estatuto epistemológico da informação. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus, 1993.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: a tribo jornalística, uma comunidade interpretativa transnacional. v. 2. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega Editora, 1999.

ZELIZER, Barbie. Journalists as interpretative Communities. **Critical Studies in Mass Communication**, United Kingdom, v. 10, n° 3, p. 219-237, 1993. Disponível em: <<https://blogs.commonsgeorgetown.edu/cctp-505-fall2011/files/Zelizer-Journalists-as-Interpretive-Communities.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2016.